

-7 JUL 1987

Proposta de estabilidade gera polêmica

que pag A-19

A inclusão da estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho no anteprojeto constitucional estão dividindo até sindicalistas

Da Reportagem Local

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, foi praticamente o único a defender sem restrições a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais nos debates ocorridos, ontem de manhã, no "Fórum Nacional sobre a Nova Ordem Econômica". Os demais participantes do encontro, promovido, no Mofarrej-Sheraton Hotel, pela Associação dos Jornalistas de Economia do Estado de São Paulo (Ajoesp), manifestaram-se contrários às duas propostas incluídas no texto do anteprojeto constitucional elaborado pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) concorda com o princípio da estabilidade, mas não da forma preconizada no anteprojeto constitucional. Disse que o atual sistema de relações trabalhistas regido pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) "dá espaço para uma rotatividade indesejável de

mão-de-obra". O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, também desaconselhou a regulamentação constitucional desses temas.

Direito ao emprego

"A estabilidade promoverá no Brasil a redução da criação de empregadores privados", disse o ex-ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, cuja posição foi endossada pelo ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho, e pelo tributarista Ives Gandra Martins.

Joaquim Andrade disse que a estabilidade protege um direito fundamental para a sobrevivência do trabalhador, o direito ao emprego, que a seu ver é desrespeitado pelas empresas principalmente nos momentos de crise, pois elas preferem o caminho mais fácil das demissões em massa. Ele afirmou também que a estabilidade não inviabilizou o país, ao vigorar entre 1945 e 1967.

O presidente da CGT argumentou, ao defender a jornada de quarenta horas, que na Europa já estão em

vigor jornadas de até 36 horas, discutindo-se agora um limite de 35 horas semanais e nem por isso a economia é deficiente, risco que os debatedores contrários à medida previram no caso de sua adoção pelo Brasil.

Sauer contra

No Maksoud Plaza, durante palestra promovida pela Management Center do Brasil, Wolfgang Sauer, presidente da Autolatina (empresa que coordena as atividades da Volkswagen e da Ford no Brasil e na Argentina) também se manifestou sobre estabilidade e jornada de trabalho: disse que a redução da jornada para quarenta horas e a garantia de estabilidade de emprego são medidas populistas. Para ele, a redução da jornada já está prevista e assegurada para muitas categorias profissionais e a redução imediata para quarenta horas provocaria uma série de problemas técnicos e operacionais. Ele disse ainda que a estabilidade no emprego só poderia ser imposta às empresas se estas, por lei, "estivessem garantidas contra a queda de suas vendas".

Medida é retorno a passado, diz empresário

Da Reportagem Local

O Congresso constituinte está discutindo a proposta de estabilidade no emprego após noventa dias, o que tem gerado muita polêmica nos meios empresariais e sindicais. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, 39, disse à revista "Veja" que a proposta é "paternalista, que já se sabe que não vai dar certo". Sua opinião, contrária à do seu antecessor no sindicato e presidente da CGT, Joaquinão, é de que os parlamentares deveriam ser proibidos de legislar sobre isso, ou ao menos ter um limite. Medeiros disse à "Veja" que a estabilidade "é boa para momentos de crise, quando os patrões demitem os

funcionários a torto e a direito. Mas é ruim nos momentos de crescimento econômico, pois o trabalhador fica impedido de buscar um emprego melhor".

Para o diretor-adjunto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Roberto Nicolau Géa, 49, a estabilidade é radicalmente oposta à modernização, um retorno ao passado e "da forma como foi apresentada à constituinte, ela é um prêmio à mediocridade". Da mesma forma, Pedro Eberhardt, 50, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), aplaude a declaração de Medeiros, ao afirmar que esta "foi uma colocação inteligente,

pois se a estabilidade vier, haverá mais desemprego ainda". Já o presidente da União Sindical Independente (USI), Antonio Pereira Magaldi, 59, disse concordar com Medeiros, acrescentando que o assunto não deve ser tratado no Congresso constituinte e que isso é "demagogia".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, Milton Otaviano dos Santos, 50, disse ser contra a proposta de estabilidade após noventa dias, pois isso provocaria demissões em massa antes que o trabalhador completasse esse prazo. Santos é favorável a propostas de estabilidade no emprego, desde o ingresso do funcionário e penalidades para a empresa que demitir antes de completado noventa dias.